

**ATA**

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereadora Helena Soeiro** – Leu, em voz alta, um documento sobre a colocação de docentes nas Atividades de Enriquecimento Curricular, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Na Assembleia Municipal de 27 de dezembro, o deputado João Ribeiro fez uma intervenção, solicitando esclarecimentos acerca da forma como decorreu o processo de colocação de docentes para as Atividades de Enriquecimento Curricular, a que o Sr. Presidente respondeu atribuindo a culpa ao Governo. Perante esta afirmação, não podemos deixar de abordar alguns factos, em abono da verdade: 1º Não é verdade que a culpa seja do Governo, uma vez que as câmaras municipais de Barcelos, Celorico de Basto, Vila Nova de Famalicão e Braga abriram concurso, respetivamente, em 6 de

agosto, 20 de agosto, 10 de setembro e 24 de setembro. Note-se que todas estas datas são anteriores ao dia 29 de setembro, pelo que não está em causa a atuação da atual vereadora, Dra. Adelina Pinto, cuja competência é reconhecida por nós. O que está em causa, Sr. Presidente, é a não atuação do executivo camarário que não desenvolveu atempadamente as diligências necessárias ao andamento do processo. Sendo que houve eleições autárquicas em todos os concelhos de Portugal e não apenas em Guimarães. 2º Em muitos agrupamentos de escolas do nosso concelho, os pais viram-se onerados com uma despesa suplementar, durante todo o primeiro período de atividades letivas, ou seja, durante quase quatro meses, despesa essa correspondente às horas não cobertas pelas AEC em que tiveram que suportar uma extensão do ATL. A responsabilidade por esta sobrecarga financeira não pode, naturalmente, ser imputada ao Governo, que tem "as costas largas" como diz o nosso povo mas, apenas, à Câmara de Guimarães. É preciso que isto seja claro e sobretudo que fique devidamente esclarecido. Nessa mesma Assembleia ouvimos com estupefação dizer que o PSD estaria, de algum modo, a pôr em causa a excelência educativa no nosso concelho. É evidente para um observador minimamente atento que isto visa apenas, não respondendo à essência da questão, colocar a oposição no papel de "mau da fita". Mas compete-nos dizer que, perante os factos mencionados, concluímos que a excelência da educação, no concelho de Guimarães, é um facto que se deve às escolas e aos professores, aos alunos e às suas famílias, uma vez que a contribuição da Câmara, neste caso concreto, se resumiu a um atraso de quase quatro meses, tempo que mediou entre o início do ano letivo e o início das Atividades de Enriquecimento Curricular, tempo no qual, apenas por responsabilidade da Câmara de



Guimarães, os alunos de Guimarães foram os únicos que estiveram um período letivo completo sem atividades de enriquecimento curricular.” -----

**2 – Vereador António Monteiro de Castro** – Leu, em voz alta, um documento sobre a empreitada de regularização e revitalização da Ribeira de Couros solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “A propósito do concurso para a empreitada das obras de Regularização da Ribeira de Couros, trazida para aprovação à reunião de Câmara do passado dia 31 de Outubro do ano passado, intervim para chamar a atenção de que a solução aí apontada, a *“Execução de uma bacia de retenção na zona do Parque da Cidade”* não solucionaria o problema da regularização dos caudais da Ribeira de Couros e das suas consequências, nomeadamente os tormentos que as suas inundações têm provocado ao longo dos séculos na vida dos Vimaraneses. Dizia na minha intervenção que a localização da bacia no Parque da Cidade é tal que deixa a maior parte da bacia hidrográfica sem possibilidade de retenção das suas águas. Quando muito poderia vir a contribuir para reduzir a capacidade da indispensável futura bacia das Hortas e, de certo modo, atenuar o impacto das cheias na zona da Fábrica Campeão Português. Verifico agora, depois de fazer a consulta ao projeto em concurso, que afinal aquilo que se propõe fazer é tão só a revitalização e valorização da Ribeira de Couros. Trata-se afinal de uma intervenção que visa sobretudo o *“bom funcionamento hidráulico da ribeira bem como a segurança dos utilizadores do parque. E que contempla a reabilitação das margens e o reforço da vegetação”*. Em bom rigor, neste primeiro troço de intervenção dos 6 Km de extensão da Ribeira, situado no Parque da cidade, a bacia de que se fala, é apenas um lago que não terá a

imprescindível função de regularização de caudais, já que, estando cheio ou quase cheio no dia-a-dia, nunca poderá ter a função de armazenamento num período de chuvada intensa. Que se trata de uma obra importante para o Lazer e para a fruição desta bela linha de água que atravessa a cidade, estamos de acordo. A verdade é que não irá contribuir o que quer que seja para a regularização de caudais. Antes pelo contrário. Com a limpeza e com o melhoramento do escoamento que as obras lhe irão conferir, iremos seguramente agravar o problema das inundações, já que teremos uma maior velocidade de escoamento e portanto, um menor tempo de concentração das águas no ponto de estrangulamento, que é o junto ao tanque no Lar dos Santos Passos. Senhor. Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Assistimos aos tristes e algo trágicos acontecimentos do passado dia 24 de Dezembro, véspera de Natal, que deixou a zona baixa da cidade praticamente submersa, nomeadamente o pavimento do Campo da Feira, o rés-do-chão do Lar dos Santos Passos, as caves do centro S. Francisco, a antiga Fábrica da Ramada atualmente Instituto de Moda e Design, os edifícios contíguos e uma parte significativa dos espaços públicos e equipamentos da Zona de Couros. Os prejuízos foram muito significativos para os moradores e até para o próprio Município proprietário dos referidos espaços públicos e dos equipamentos como o Instituto de Moda e Design, o Centro de ciência Viva e o Instituto de Formação Avançada. Vimos pois reafirmar que este é, a nosso ver e nos tempos presentes, em que foram investidos vários milhões com o projeto CAMPURBIS e com os equipamentos lá instalados, assim como com a posição que a nossa cidade assumiu em termos de visibilidade e turismo após a realização da Capital Europeia 2012, uma obra fundamental e até mesmo vital para que não sejam postos em



causa todos estes milionários investimentos e os objectivos de transformação do paradigma de desenvolvimento da nossa Terra. E para terminar, senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, não posso deixar de aqui registar a minha grande preocupação ao ler a entrevista esta semana saída no jornal Comércio de Guimarães, feita ao consultor da Câmara Municipal para estas questões hidráulicas, que insiste numa solução que passa por fazer a principal bacia de retenção a jusante do Instituto de Moda e Design, tal como já há uns anos defendeu em reunião à qual esteve presente o senhor presidente da Câmara. Na altura tive ocasião de apresentar as razões pelas quais, a bacia no largo das Hortas constitui a solução que nos parece mais adequada aos objectivos pretendidos. Assim referi que: Localização na Bacia Hidrográfica - A localização geográfica do largo das Hortas tem condições para poder receber mais de 2/3 da bacia hidrográfica da cidade, conforme pode ser verificado nos elementos desenhados em anexo. Capacidade de retenção - A dimensão em planta do largo das Hortas, assim como a sua topografia, permite a realização de uma bacia com capacidade superior a 21 000m<sup>3</sup> o que significa a possibilidade de reter toda a água afluente ao local (23m<sup>3</sup>/s) por um período superior a 15min. Reduzida Necessidade de intervenção na linha de água a jusante dos Santos Passos - A sua execução, no largo das Hortas, permite deixar disponível a capacidade de escoamento do canal sob o largo República do Brasil (Campo da Feira), para as águas que afluem à zona dos Santos Passos e do restaurante ETC, dispensando assim, não só a execução de um novo canal, como também o bypass ao Instituto de Moda e Design. Necessidade de expropriações - O largo das Hortas é um terreno do Município e livre. Parque de estacionamento - Permite criar condições para aumentar o atual

número de aparcamentos. Requalificação do espaço - A execução da bacia de retenção nas Hortas poderá permitir uma intervenção susceptível de transformar o atual espaço concebido para a feira, numa zona de qualidade urbana. Custos de execução - A localização da bacia nas Hortas assegura condições de facilidade de execução e custos não agravados. Custa-me perceber porque é que se teima em não ver que: 1. A jusante do Instituto de Moda e Design, o espaço disponível não permitirá reter mais do que 5000 m<sup>3</sup> de água, manifestamente insuficiente para a armazenagem exigida; 2. Que tal solução impõe a resolução do problema da condução da água entre as Hortas e o referido local, obra com elevadíssimos custos, sob pena de que não sendo feita, antes da água chegar a dita bacia já inundou todos os locais de costume; 3. Que o terreno não é propriedade do município, pelo que exigirá a respectiva aquisição; Agora termino mesmo sugerindo que a Câmara diligencie no sentido de ouvir outros pareceres que apreciem estas diferentes soluções de modo a que, em matéria de tal responsabilidade, não se caminhe no sentido errado.” -----

**3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Disse considerar necessário que a Câmara Municipal acompanhasse a derrocada de um muro de suporte na estrada de acesso a um loteamento licenciado, ocorrida na rua da Cabreira, em Gondar; **b)** – Disse não compreender a posição da Câmara Municipal no que respeita ao horário de trabalho, entendendo que devia primeiro negociar com os sindicatos em vez de optar por aplicar as 40 horas de trabalho semanal. Acrescentou, a propósito, que não compreendia como se aceitava tão pacificamente as diretivas do Governo relativamente a esta questão. Referiu, ainda, que considerava esta situação como voluntariado, já que os trabalhadores são necessários e, ao invés de se criarem postos de trabalho, exige-se



a prestação de mais horas de trabalho sem que sejam remuneradas. **c)** - Quis saber o ponto de situação relativamente ao procedimento concursal único para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 23 assistentes operacionais para o Departamento de Obras Municipais e para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal. -----

**4 – Vereador André Coelho Lima – a)** - Disse considerar que a derrocada ocorrida em Gondar não era responsabilidade da Câmara Municipal, em virtude de se tratar de terreno privado, dizendo, contudo, que é uma situação que os serviços de proteção civil devem acautelar; **b)** - Sobre a Ribeira de Couros e as recentes inundações ocorridas na véspera de Natal, disse que o que compete fazer é ouvir as pessoas entendidas na matéria, perceber qual a melhor solução e depois avançar para a sua concretização. Disse considerar que o projeto compreende uma dimensão de revitalização da Ribeira de Couros e que era importante que se lhe dê um enquadramento urbano, privilegiando a segurança à estética. Recordou que, em reunião de Câmara do passado dia 31 de outubro, os Vereadores eleitos pela Coligação Juntos por Guimarães votaram favoravelmente a proposta de início de procedimento para a revitalização e regularização da Ribeira de Couros porque foram informados pelo Presidente da Câmara que a segurança foi tida em conta na execução do projeto porquanto contemplava um número mais elevado de bacias de retenção. -----

**5 – Vereador Amadeu Portilha** – Deu conhecimento do calendário previsto para a segunda edição do orçamento participativo que vai incluir a revisão do respetivo regulamento, num processo que será alvo de sessão pública agendada para o

próximo dia 24 de janeiro, pelas 21:30 horas, no Salão Nobre da Associação Comercial e Industrial de Guimarães. Informou, ainda, que três dias antes a Câmara Municipal vai ouvir os partidos com assento na Assembleia Municipal, num processo de consulta que tem, entre outros objetivos, ultimar a redação do respetivo Regulamento. Disse que as assembleias participativas vão decorrer nas 11 Comissões Sociais Interfreguesias do concelho de Guimarães, de 7 de março a 11 de abril e que as propostas apresentadas serão votadas entre 15 de julho e 15 de agosto, sendo os resultados divulgados a 15 de setembro. -----

**6 – Vereadora Adelina Paula Pinto** – Sobre as Atividades de Enriquecimento Curricular disse que a decisão de contratar docentes foi tomada a partir de 17 de outubro, pelo que só em princípio de dezembro estavam reunidas as condições para a sua colocação. Acrescentou que a alteração legislativa veio trazer um constrangimento a estas atividades obrigando a que o programa apenas funcionasse a partir das 16:00 horas, resultando, por isso, na diminuição dos horários e, conseqüentemente, na redução dos vencimentos, o que leva a que os docentes desistam e não celebrem os respetivos contratos. Disse considerar esta situação insustentável para o Município, escolas e pais referindo que, a manter-se este diploma, dificilmente se encontrará resolução para a situação que se verifica. -----

**7 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, informou: **a)** – Sobre a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular, disse atribuir a culpa ao Governo, através do Ministério da Educação, no que respeita às limitações que o diploma legal trouxe. Sobre a intervenção da Câmara Municipal na qualidade da Educação, disse discordar do que a Vereadora Helena Soeiro havia dito, porquanto a Câmara tem desenvolvido condições materiais



de conforto para alunos e professores, contribuindo, por isso, para o sucesso escolar; **b)** – Quanto à Ribeira de Couros, recordou que o estudo hidrográfico era da autoria da Universidade do Minho, estando a Câmara Municipal a seguir as soluções técnicas desse estudo que previa a construção de várias bacias, sendo a primeira a montante (Parque da Cidade) e a segunda na zona das Hortas, cujo projeto está a ser ultimado no sentido de que da sua execução resulte uma obra suave, quer do ponto de vista da concavidade, quer do impacto na zona envolvente. Continuou, referindo a intenção de construção de uma terceira bacia a jusante do Instituto de Design (entre este edifício e o Centro de Ciência Viva) mas cuja concretização não será possível pela existência de património no local a preservar, prevendo-se, então, a construção de um canal no espaço compreendido entre o Instituto de Design e as instalações da Irmandade de S. Francisco. Recordou uma solução apresentada pelo Vereador Monteiro de Castro, com a qual disse concordar totalmente, que consistia na construção de uma tubagem, que passaria a uma profundidade de 20 metros, para conduzir as águas que vazariam da ribeira, mas que se tornou inviável, uma vez que a respetiva obra estava estimada na ordem dos seis milhões de euros e não era considerada para efeitos de despesas elegíveis no âmbito de uma possível candidatura. Sobre a solução apresentada agora pelo Vereador Monteiro de Castro – construção de grande bacia de retenção na zona das Hortas que também serviria de estacionamento – disse que, para além de não compreender como era possível garantir a segurança quanto ao estacionamento, a solução não iria resolver problemas como os que ocorreram na véspera de Natal, pelo que entendia que deveria ser seguida a solução apresentada pela Universidade do Minho; **c)** – Recordou que havia suspenso a adaptação dos horários de

trabalho ao novo regime de duração de trabalho, determinados pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, aquando da recepção da decisão de admissão por parte do Tribunal da providência cautelar apresentada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional. Continuou, referindo que, tendo o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga indeferido a referida providência cautelar por decisão de dezembro passado, foram repostos os limites máximos dos horários de trabalho em 8 horas diárias e 40 horas semanais, com efeitos a partir de 13 janeiro de 2014. Acrescentou, contudo, que, dada a faculdade aludida pelo Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 794/2013, de 25 de outubro, em que o regime previsto na Lei n.º 68/2013 não prevalece sobre a contratação coletiva celebrada posteriormente à vigência desta lei, a Câmara Municipal de Guimarães está disponível para encetar as devidas negociações com os sindicatos, para a elaboração de um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública; **d)** - Sobre a derrocada na Rua da Cabreira, em Gondar, disse que o muro e o acesso eram privados, pelo que a responsabilidade não era cometida à Câmara Municipal que, todavia, está a acompanhar a situação de forma a prevenir eventuais questões de segurança. -----

#### -----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Informou que, no âmbito do projeto intitulado «Câmara Aberta», a próxima reunião quinzenal do Executivo, marcada para o dia 23 de janeiro, irá realizar-se na vila de Ronfe, nas instalações do Salão Paroquial, considerando-se todos os membros do Órgão Executivo presentes devidamente convocados. Disse, ainda, que na tarde desse dia, visitará empresas, instituições, coletividades e associações da Vila de Ronfe, convidando todos os Vereadores a



estarem presentes. Por último, informou que é disponibilizado a todos os Vereadores que pretendam transporte a partir da Câmara Municipal, pelas 09:30 horas. -----

**2** – Da publicação, na Revista "Plural e Singular", de um artigo subordinado ao tema da inclusão e da Cidade Europeia do Desporto. -----

**3** – Informou que trará à próxima reunião de Câmara o estudo de Augusto Mateus sobre a gestão em rede dos equipamentos culturais. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Dos ofícios da Assembleia Municipal números 170 e 171, datados de 30 de dezembro de 2013, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 27 de dezembro, das seguintes propostas: **a)** - "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 - Plano Plurianual de Investimentos - Plano de Atividades - Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2014"; **b)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Fornecimento Continuado de Gás Natural - Triénio 2014/2016 - Compromisso Plurianual". -----

**2.** Dos ofícios da Assembleia Municipal números 174 a 189, datados de 21 de dezembro de 2013, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 31 de dezembro, das seguintes propostas: **a)** - "Relatório e Contas Final dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação"; **b)** - "Vimágua EIM SA - Proposta de Alteração dos Estatutos"; **c)** - "Associação Quadrilátero Urbano"; **d)** - "Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias para a Vigilância em Transporte Escolar - Ano Civil de 2014"; **e)** - "Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias no âmbito das Atividades de

Animação e de Apoio à Família - Acordo de Cooperação da Educação Pré-escolar - Ano Civil de 2014"; **f)** - "Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias para Animação e Gestão em Refeitórios Escolares - Ano Civil de 2014"; **g)** - "Plano de Ação para a Energia Sustentável de Guimarães"; **h)** - "Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães - Subsídio - Compromisso Plurianual"; **i)** - "Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal"; **j)** - "Alterações à Tabela e outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas"; **k)** - "Normas para a Cedência de Viaturas de Transporte Coletivo aos Agrupamentos de Escolas"; **l)** - "União das Freguesias de Serzedo e Calvos - Atribuição de Subsídio"; **m)** - "Reestruturação Orgânica dos Serviços do Município"; **n)** - "Mapa de Pessoal para 2014"; **o)** - "Desafetação de parte de troço da Rua Manuel Alves de Matos - União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar (extinta freguesia de Souto S. Salvador) - Antiga EN 309"; **p)** - "Abertura de Procedimento para Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares de janeiro a março de 2014". -----

**3.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de dezembro de 2013, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada "Requalificação e Ampliação das Instalações do Posto de Turismo da Praça de S. Tiago - Oliveira do Castelo", nos valores, respetivamente, de 221.360,23€ + IVA e 44,00€ + IVA, adjudicada a "Trado – Construções e Obras Públicas, Lda.". --

**4.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de janeiro de 2014, que revogou os seus despachos de delegação e subdelegação de competências de 17 de outubro e 4 e 12 de novembro de 2013, conformando-os com a nova estrutura



orgânica do Município, que entrou em vigor no passado dia 1 de janeiro. O despacho de delegação de competências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**5.** Do ofício dos Transurbanos de Guimarães Transportes Públicos, Lda remetendo, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de janeiro, e de acordo com o Despacho Normativo n.º 24-B/2012 de 14 de dezembro, a nova Tabela de Conversão Tarifária, em vigor desde o passado dia 1 de janeiro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**6.** Da comunicação do Ministério da Defesa Nacional agradecendo a importante colaboração e o excecional apoio prestado pela Autarquia e que contribuiu para o sucesso da 9.ª Reunião Ministerial, realizada em Guimarães no passado dia 11 de dezembro, tendo estado presentes os Ministros da Defesa e altos representantes de cinco países da Europa e de cinco países do norte de África. -----

**7.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de dezembro de 2013, que adjudicou ao concorrente "Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA", o fornecimento de refeições em refeitórios escolares de janeiro a março de 2014, pelo preço contratual de 615.720,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. A Informação de Análise dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

#### -----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2013.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REGULARIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RIBEIRA DE COUROS – ERROS E OMISSÕES** –

Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da Divisão de Planeamento Urbanístico que, para este efeito, contactou os respetivos projetistas. Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 30 de dezembro de 2013 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida.” A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - REGULARIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA RIBEIRA DE COUROS – SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DO**

**JÚRI** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 27 de dezembro de 2013, que concordou com



a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: "Os elementos do júri do presente procedimento em número de 5 (3 efetivos e 2 suplentes) foram designados por deliberação de câmara de 31/10/2013, aquando da abertura do procedimento. Consta-se, porém, que na presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efetivos. Assim, para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatório por lei, proponho que seja designada a Arq.<sup>a</sup> Marta Mota Prego, para integrar aquele júri, até ao regresso de um dos membros do júri inicialmente designado." **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 3/2013 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2014 - APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES - ALEGAÇÕES DOS CONTRAINTERESSADOS - DECISÃO FINAL** – Presente a seguinte informação da Chefe de

Divisão Jurídica, em substituição: "No âmbito do procedimento identificado em epígrafe as concorrentes EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA., a seguir apenas designada por EUREST, e ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, SA, a seguir apenas identificada como ITAU, notificadas do relatório final, e da respetiva adjudicação, vieram apresentar impugnação administrativa relativamente a esta decisão de adjudicação do fornecimento à UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, SA, a seguir apenas UNISELF, conforme documentos que se anexam como docs. 1 e 2 e que aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais. Na sua impugnação a concorrente EUREST alega,

em suma, que a exclusão da sua proposta é ilegal uma vez que esta *"não poderia ser excluída por violação do disposto no art.º 70.º, n.º 2, al. c) do CCP na medida em que: a) nem os encargos com os transportes são atributos da proposta; b) nem a forma como o atributo é apresentado – o preço unitário, leia-se – torna impossível a avaliação das mesmas"*. Acrescenta que considera que *"as propostas dos concorrentes são perfeitamente comparáveis, sendo que as opções que cada um deles tomou para formular o preço apresentado apenas aos próprios são imputáveis e não são, na falta de qualquer exigência no CE relativamente aos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, sindicáveis pelo júri do procedimento"*. Termina solicitando a revogação das decisões de exclusão da proposta da EUREST e de adjudicação do procedimento à UNISELF, e em consequência, readmitir a proposta da EUREST e adjudicar-lhe o procedimento, por ser, objetivamente, a proposta com o preço mais baixo. Por seu lado, a concorrente ITAU, vem alegar que discorda da decisão do júri de adjudicação do procedimento à concorrente UNISELF porquanto entende que, se o júri tivesse atendido às razões por si invocadas em sede de audiência prévia, o procedimento lhe deveria ter sido adjudicado. Entende esta concorrente que *"dizer no Relatório Final que se fez uma menção ao erro de cálculo e não uma correção do erro de cálculo contido na proposta de preço do ITAU não constitui fundamento para que esse erro não deva ser corrigido como, aliás, até foi requerido."* Refere ainda que *"a própria correção do erro é manifestamente irrelevante, havendo que considerar, em matéria de divergências de valores de preços, o disposto no art.º 60.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos."* Considera assim que *"tendo o Ex.mo Júri constatado uma divergência (...) não poderia deixar de ter considerado*



*prevalecentes os valores mais decompostos para efeitos de cálculo dos preços das refeições propostos pelo ora Reclamante ITAU, assim concluindo que os preços por este propostos são idênticos aos propostos pela concorrente UNISELF".* Requer, mais uma vez, a correção do lapso que entende ser manifesto, dos preços unitários das refeições e, em consequência da correção desse lapso, e porque daí resultariam valores idênticos aos da proposta da UNISELF, ser-lhe adjudicado o procedimento porque a sua proposta foi apresentada em primeiro lugar. Termina requerendo que seja revogado o ato de adjudicação proferido a favor da concorrente UNISELF e elaborada nova decisão de adjudicação a favor da ora reclamante, por ter sido a concorrente que apresentou a proposta em primeiro lugar. Nos termos do que dispõe o art.º 273.º do Código dos Contratos Públicos foram notificados os contrainteressados para se pronunciarem, no prazo de 5 dias, quanto ao teor daquelas impugnações administrativas. No prazo fixado para o efeito a concorrente UNISELF apresentou duas pronúncias, uma relativamente à impugnação apresentada pela EUREST (doc. 3) e a outra respeitante à impugnação apresentada pela ITAU (doc. 4), e a concorrente ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, SA., apresentou resposta aos fundamentos da impugnação apresentada pela EUREST (doc. 5), cujos argumentos aqui se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais. Em face do supra exposto, e após análise de todos os documentos apresentados, informo: QUANTO À IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA APRESENTADA PELA EUREST: Os argumentos que a impugnante apresenta para obter o deferimento da sua reclamação são, em muito, idênticos aos já apresentados em sede de audiência prévia do relatório final e que foram analisados pelo júri do procedimento. Remete-se, assim, a

nossa informação para o que foi, então, subscrito pelo júri do procedimento, do qual a presente signatária fez parte, no relatório final, em sede de resposta à reclamação apresentada pela aqui impugnante, que versou sobre o mesmo argumento. O que foi alegado nessa sede foi por nós subscrito e é mantido como entendimento atual, pois nada do que a reclamante agora alega são factos novos em relação ao então alegado. Esta questão está relacionada com o cumprimento, ou não, das peças do procedimento. No caderno de encargos do procedimento pedia-se aos concorrentes que apresentassem os custos com as refeições confeccionadas no local, e com as refeições transportadas. Para as refeições transportadas era solicitado que se acrescentasse o valor correspondente ao custo do transporte, situação que não se aplicava nas refeições confeccionadas no local. Ao diluir os custos do transporte das refeições transportadas no valor de todas as refeições (transportadas ou não), o concorrente não cumpre o estipulado no caderno de encargos e torna impossível a comparação da sua proposta com as demais pelo que, salvo melhor opinião, entendemos que não deve ser dada razão à impugnante, mantendo-se a exclusão da sua proposta, por não cumprir o que dispõe o caderno de encargos. QUANTO À IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA APRESENTADA PELA ITAU: A concorrente ITAU, na sua impugnação, mantém que a questão colocada pelo júri relativamente ao preço unitário das refeições apresentado na sua proposta resultou de um mero lapso de escrita, e que se impunha que fosse admitida e efetuada a sua correção, ao abrigo dos art.ºs 148.º do CPA e 249.º do Código Civil. Quanto ao alegado art.º 148.º do CPA entendemos que, desde logo, o seu teor não se aplica na presente situação uma vez que trata das retificações efetuadas pela própria Administração



nos documentos que emite e tal apenas poderia ocorrer se se entendesse que, nesta situação, a correção deveria ser oficiosa, o que não nos parece dever ser o caso. Relativamente ao que dispõe o art.º 249.º do Código Civil, este normativo legal trata das situações em que *"o simples erro de cálculo ou de escrita, revelado no próprio contexto da declaração ou através das circunstâncias em que a declaração é feita, apenas dá direito à retificação desta"*. Sobre a aplicação deste normativo legal aos procedimentos concursais previstos no Código dos Contratos Públicos já existe jurisprudência, quer do Tribunal de Contas (ver, por ex. Acórdão 15/2012, de 22 de maio e Acórdão 19/2012, de 9 de outubro), quer dos Tribunais Administrativos (Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 22/11/2012, proferido no proc. n.º 9077/12). Neste último acórdão identifica-se aquele erro como *"o designado "erro-obstáculo" na espécie que CASTRO MENDES definia como traduzindo "um erro entre o conteúdo de pensamento expresso e a realidade a que esse conteúdo de pensamento se queria referir" (...) e de "erro cognoscível" ou "ostensivo" porque a divergência é "apreensível com segurança pelos próprios termos e circunstancialismos da declaração"(...).* Como diz ANTUNES VARELA (...) *"em qualquer hipótese, deve tratar-se dum lapso ostensivo, sob pena de o caso ficar sob a alçada do artigo 247.º"*. Quer isto dizer que, para ficar abrangido pelo regime do art.º 249.º do CC, o erro deverá ser de tal modo que a ninguém se levante dúvida sobre a equivocidade." Ora, no caso aqui em análise entendemos que não se trata de um simples erro de cálculo ou de escrita como supra definido. Na verdade, o valor a corrigir implicaria, desde logo, não só a correção do valor unitário da refeição como o valor total da proposta, situação que entendemos não poderia ser aceite naquela fase do procedimento.

Em face do supra exposto, e salvo melhor opinião, somos do entendimento de que não assiste razão às impugnantas nos argumentos que apresentam para discordar da decisão de adjudicação. Deste modo, coloca-se à consideração superior o indeferimento das impugnações ora apresentadas, que deverão ser objeto de decisão da Câmara Municipal e, em consequência, a manutenção da decisão de adjudicação do procedimento.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CACHET DE GRUPOS MUSICAIS**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Relações Públicas e Turismo: “**Objeto:** Atividade das Reisadas – cantar dos Reis, a ter lugar no dia 11 de Janeiro, nas Ruas e praças da Cidade, a cargo de grupos musicais do Concelho de Guimarães. **Considerandos:** A execução da atividade requer a participação de grupos de música popular com reportório afeto à temática das Reisadas. De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não há serviços ou pessoal para darem resposta à necessidade para este efeito, com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos nºs 4 e 10 do art.º 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LEO 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração dos contratos de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é aquisição de serviços de grupos musicais



para atuações no dia 11 de Janeiro; b) A despesa anual total estima-se em três mil euros (€3.000). c) O procedimento deve ser através de ajuste direto simplificado ao abrigo nº 1 art.º 128º do CCP. d) A despesa a esta contratação de serviços só será cabimentada em Janeiro de 2014, na rubrica orçamental 2.5.1.1901., no valor total de três mil euros (€3.000). e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contrapartes e ex-colaboradores de órgãos ou serviço, bom como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Esta aquisição de serviços não está sujeita a redução remuneratória prevista na alínea a) do nº 1. do art.º 27.º da Lei n.º 66-B/2012, DE 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS PROFESSORES – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES – DOAÇÃO DE QAUDROS EXPOSITORES** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A Delegação de Guimarães da Associação de Solidariedade Social dos Professores, através de carta datada de 15 de novembro de 2013, vem solicitar a cedência de mobiliário escolar para equipar as suas instalações onde desenvolvem um projeto de intervenção social com crianças e jovens, nas áreas de Psicologia, Terapia da Fala, Formação e Apoio ao Estudo. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, desta autarquia, existe disponibilidade na cedência de 2 quadros expositores em corticite. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Delegação de Guimarães da Associação de Solidariedade Social dos Professores do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo,

em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €100,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2 Expositores em corticite de 2500mmx1200mm	€50,00	€100,00
TOTAL		€100,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**DIVERSOS – APROVAÇÃO DO MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA E INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO 2013 –**  
Presente a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações; b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); 2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de três meses; 3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de três meses; 4. A alínea a) do nº3 do art.º 5º do Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de junho, determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada



nos termos da legislação em vigor”; 5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), é competência da Câmara; 6. O Município necessita, de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; 7. Nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de contas; 8. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; 9. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa. **PROPONHO: 1.**Aprovação do MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2013; **2.**Autorização nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da LCPA, da integração nos fundos disponíveis, dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a) do nº3 do artº 5º do Decreto –Lei nº 127/2012, de 21 de junho.” O mapa dos fluxos de caixa de 2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----  
**PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----